

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.370.508 - SP (2018/0249885-8)**

**RELATOR : MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**AGRAVANTE : ASSOCIACAO DE ENTIDADES ADMINISTRADORAS E USUARIAS DO CANAL COMUNITARIO DE MAUA**  
**ADVOGADOS : RICARDO EZEQUIEL TORRES - SP258825**  
**LAURA PREZOTO FORTUNATO - SP304704**  
**ANTONIO CARLOS DE FREITAS JUNIOR - SP313493**  
**ANA LAURA CENEVIVA MIOTTO - SP344704**  
**AGRAVADO : CLARO S.A**  
**ADVOGADO : PATRÍCIA HELENA MARTA MARTINS - SP164253**  
**ADVOGADOS : ISABELA BRAGA POMPILO - DF014234**  
**IVO BEDINI WERNECKE E OUTRO(S) - SP367959**  
**AMANDA FERREIRA CAMPOS - DF049987**  
**AGRAVADO : ASEAM - ASSOCIACAO SANCAETANENSE EMILIA ALFREDO MANGANOTTI**  
**ADVOGADO : MARCOS VALÉRIO FERNANDES DE LISBOA E OUTRO(S) - SP102096**

**EMENTA**

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE PROCURAÇÃO DA SUBSCRITORA DO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INTIMAÇÃO PARA REGULARIZAÇÃO DA REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL. NÃO ATENDIMENTO. AGRAVO DESPROVIDO.

1. Nos termos do artigo 76, § 2º, I, do Código de Processo Civil de 2015, não se conhece do recurso quando a parte recorrente descumpre a determinação para regularização da representação processual.

2. A assinatura eletrônica é a forma de identificação inequívoca do signatário, e a opção pela utilização do meio eletrônico de peticionamento implica a vinculação do advogado titular do certificado digital ao documento chancelado, que será considerado, para todos os efeitos, o subscritor da peça, não tendo valor eventual nome grafado de outro advogado que venha a constar da peça encaminhada e assinada eletronicamente, mesmo que este possua procuração. Precedentes da Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça.

3. Na hipótese, a advogada titular do certificado digital utilizado para a transmissão eletrônica do agravo em recurso especial não possui procuração e a parte recorrente, apesar de devidamente intimada para proceder à regularização da representação processual, permaneceu inerte, deixando de sanar o vício oportunamente.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

**ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Quarta Turma, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Maria Isabel Gallotti, Antonio Carlos Ferreira, Marco Buzzi (Presidente) e Luis Felipe Salomão votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 07 de novembro de 2019 (Data do Julgamento)

**MINISTRO RAUL ARAÚJO**

Relator